

PROCESSO TCE Nº 128.607
ENTIDADE: Câmara Municipal de Mâncio Lima
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima, referente ao exercício de 2017.
RESPONSÁVEL: Rogério Correa Moraes
RELATOR: Cons. Ronald Polanco Ribeiro
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 11.980/2020

PLENÁRIO

EMENTA: CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2017. PELA IRREGULARIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. ENCAMINHAMENTO MPAC. NOTIFICAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, na 1.409ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, nos termos do **voto vencedor** do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro: **1)** Por julgar **IRREGULAR** a Prestação de contas da **Câmara Municipal de Mâncio Lima**, exercício de 2017, de responsabilidade de seu então Presidente, **Rogério Correa Moraes**, nos termos do artigo 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em virtude das inconsistências no Balanço Patrimonial, resultando uma diferença de **R\$ 32.295,09** (trinta e dois mil duzentos e noventa e cinco reais e nove centavos) entre o inventário analítico dos bens móveis e respectivos registros contábeis, em descumprimento a Lei nº 4.320/64, art. 85 e 105 c/c Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T SP, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (7ª Edição); e a não comprovação do recolhimento do valor integral das Obrigações Patronais (contribuições

previdenciárias) devidas no exercício, infringindo o art. 22, inciso I, da Lei Federal nº 8.212/1991; **2)** Pela aplicação de **multa** ao Sr. **Rogério Correa Moraes**, Presidente da Câmara Municipal de Mâncio Lima, à época, no montante de **R\$ 14.280,00** (catorze mil duzentos e oitenta reais), de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face do não lançamento de forma integral do recolhimento das contribuições previdenciárias da Câmara Municipal de Mâncio Lima, no exercício de 2017; **3)** Pela aplicação de **multa** ao Sr. **Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo**, Contador da Câmara Municipal de Mâncio Lima, à época, no montante de **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais), de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face do não lançamento de forma integral do recolhimento das contribuições previdenciárias da Câmara Municipal de Mâncio Lima, no exercício de 2017; **4)** Pelo **encaminhamento** de cópia da decisão ao Ministério Público, uma vez que a conduta indica a possível prática de fato típico previsto no artigo 359-B do Código Penal; **5)** Pela **notificação** da parte interessada para conhecimento desta decisão; **6)** Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Vencidos** o Conselheiro-Relator, seguido pelas conselheiras **Dulcinéa Benício de Araújo** e **Naluh Maria Lima Gouveia** que votaram nos seguintes termos: **1)** julgar irregular a Prestação de contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima, referente ao exercício de 2017, a responsabilidade do senhor Rogério Correa Moraes, valendo como irregularidade: **1.1)** a inconsistência do balanço patrimonial, em razão da diferença entre o inventário analítico dos bens móveis e os respectivos registro na contabilidade, bem como a ausência de depreciação, amortização ou exaustão acumulada dos bens registrados no ativo imobilizado, descumprindo a Lei nº 4.320/64; **1.2)** não comprovação do recolhimento do valor integral das obrigações patrimoniais, contribuições previdenciárias, devidas no exercício; **2)** nos termos do artigo 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38, pela aplicação de multa no valor de R\$ 7.140,00 ao senhor Rogério Correa Moraes, Presidente da Câmara, em razão das irregularidades acima; **3)** nos termos do artigo 89, inciso II, da Lei

Complementar Estadual nº 38/93, pela aplicação de multa no valor de R\$ 7.140,00 ao senhor Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo, Contador à época dos fatos, em razão das inconsistências contábeis apontadas; **4)** notificação dos senhores Rogério Correa Moraes, Presidente da Câmara e Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo, Contador, dos resultados desse julgamento.

Rio Branco – Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE/AC 128.607

ENTIDADE: Câmara Municipal de Mâncio Lima/Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima/Acre, referente ao exercício de 2017.
RESPONSÁVEL: Rogerio Correa Moraes
RESPONSÁVEL CONTÁBIL: Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo – CPF/MF: 216.133.972-91
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima/Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017, de responsabilidade do então presidente o Sr. **Rogério Correa Moraes**.
2. Relatório preliminar de análise técnica às fls. 68 a 82, relatório complementar as fls. 258 a 265.
3. Citações pessoais às fls. 87 do Senhor Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo (Contador) e fls. 88 e Rogerio Correa Moraes (Presidente da Câmara); e 270 do Senhor Rogerio Correa Moraes (Presidente da Câmara) e as fls. 271 do Senhor Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo (Contador).
4. Quanto aos responsáveis citados (Rogerio Correa Moraes – Presidente da Câmara e Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo – Contador) somente apresentou defesa o Senhor Rogerio Correia Moraes as fls. 92 a 243.
5. Relatório complementar as fls. 258 a 265, e segundo a análise técnica restaram pendente de regularização, as irregularidades descritas nos subitens 3.2.1 a 3.2.3, do referido relatório:

3.2.1 Divergência no confronto do montante da atualização do inventário analítico dos bens imóveis com as incorporações desses bens apresentado no Balanço Patrimonial, infringindo assim, ao artigo 83, 85 e 105 Lei Federal nº 4.320/64 e Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, conforme **subitem 2.1** deste relatório;

3.2.2 Ausência de Depreciação, Amortização e Exaustão acumulada de Bens Móveis do ativo imobilizado que corresponde ao encargo periódico

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

que determinados bens sofrem, por uso, obsolescência ou desgaste natural, infringindo assim, à NBC T 16.9 c/c Resolução CFC nº 1.136/2008, conforme **subitem 2.1** deste relatório;

3.2.3 Não reconhecimento do valor integral das Obrigações Patronais (INSS) devidas no exercício, infringindo assim, ao artigo 22, inciso I, da Lei Federal nº 8.212/1991, conforme **subitem 2.2** deste relatório. (conforme o original)

6. O Ministério Público Especial junto a esta Corte emitiu parecer às fls. 279 a 280.

É o relatório.

Rio Branco - Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

| | |
|-----------------------|--|
| PROCESSO TCE/AC | 128.607 |
| ENTIDADE: | Câmara Municipal de Mâncio Lima/Acre |
| NATUREZA: | Prestação de Contas |
| OBJETO: | Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima/Acre, referente ao exercício de 2017. |
| RESPONSÁVEL: | Rogério Correa Moraes |
| RESPONSÁVEL CONTÁBIL: | Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo – CPF/MF: 216.133.972-91 |
| RELATOR: | Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro |

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO (Relator):

1. Folheando os autos denota-se que das impropriedades levantadas pela área técnica (relatório preliminar às fls. 68 a 82 e relatório complementar as fls. 258 a 265), e parecer ministerial de fls. 279 a 280, se referem a:

- a) Inconsistências no Balanço Patrimonial, em razão da diferença entre o inventário analítico dos bens móveis e respectivos registros na Contabilidade, bem como ausência de depreciação, amortização ou exaustão acumulada, dos bens registrados no ativo imobilizado, descumprindo ao previsto nos arts. 83, 85, 94, 96 e 105 da Lei nº 4.320/64 e Portaria da STN nº 840/2016, (item 2.1, fl. 259);
- b) Não comprovação do recolhimento do valor integral das Obrigações Patronais (contribuições previdenciárias) devidas no exercício, infringindo o art. 22, inciso I, da Lei Federal nº 8.212/1991, (item 2.2, fls. 259/262).

2. No tocante a inconsistência contábil descrita na alínea 'a', do item 1 deste relatório, de fato ocorreu, e que especificamente sobre este tópico, a responsabilidade sobre tal inconsistência deve recair sobre o contador e não ao Gestor tendo em vista que a obrigação de apresentar os demonstrativos contábeis

de forma fidedigna é do profissional habilitado para tal função. Neste sentido, considerando que o responsável adotou as medidas cabíveis, ou seja, designou um profissional habilitado para elaborar os demonstrativos contábeis e, ainda, não restando constatado que a falha apontada teve participação direta ou indireta do presidente, opino que a penalidade deve recair única e exclusivamente sobre o profissional.

3. E quanto a outra irregularidade descrita na alínea 'b', do item 1, deste relatório, de fato, da análise dos autos constata-se que a inconsistência levantada pela área técnica, e confirmada, o que enseja a irregularidade das contas bem como a aplicação de multa.

4. Ante todo o exposto, consubstanciado nas observações acima, e nas demais informações contidas no relatório exarado pelo Corpo Técnico, e pelo parecer do Ministério Público atuante nesta Corte de Contas, os quais adoto integralmente, **VOTO:**

4.1. nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, julgar **IRREGULAR** a prestação de contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2017, de responsabilidade do Sr. **Rogério Correa Moraes, valendo como irregularidade: (a)** inconsistências no Balanço Patrimonial, em razão da diferença entre o inventário analítico dos bens móveis e respectivos registros na Contabilidade, bem como ausência de depreciação, amortização ou exaustão acumulada, dos bens registrados no ativo imobilizado, descumprindo ao previsto nos arts. 83, 85, 94, 96 e 105 da Lei nº 4.320/64 e Portaria da STN nº 840/2016 e **(b)** não comprovação do recolhimento do valor integral das Obrigações Patronais (contribuições previdenciárias) devidas no exercício, infringindo o art. 22, inciso I, da Lei Federal nº 8.212/1991.

4.2. Nos termos do art. 89, II da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela aplicação de multa no valor **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais) ao senhor **Rogério Correa Moraes** (presidente da Câmara à época) em razão das irregularidades acima apontadas;

4.3. Nos termos do art. 89, II da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela aplicação de multa no valor **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais) ao senhor **Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo** (contador à época dos fatos) em razão das inconsistências contábeis, apontadas.

4.4. Pela abertura de Tomada de Contas Especial para apurar se os encargos sociais (INSS) foram devidamente apurados e recolhidos no período.

4.5. Pelas notificações dos senhores **Rogério Correa Moraes** (presidente da Câmara à época) e **Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo** (contador à época) do resultado deste julgamento;

4.6. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco - Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

PROCESSO TCE Nº 128.607
ENTIDADE: Câmara Municipal de Mâncio Lima
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima, referente ao exercício de 2017.
RESPONSÁVEL: Rogério Correa Moraes
RELATOR: Cons. Ronald Polanco Ribeiro
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO VENCEDOR

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mâncio Lima/Acre, exercício de 2017, de responsabilidade ex-presidente o Sr. **Rogério Correa Moraes**;

2. Em verificação ao Sistema Informatizado de Prestação e Análise de Contas – SIPAC constatou que o Balanço Patrimonial da Câmara apresentou inconsistência no registro na conta bens móveis, o valor de **R\$ 108.733,04** (cento e oito mil setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), enquanto que, o inventário correspondente, que não registra valor de depreciação, evidencia o montante de R\$ 141.028,13 (item XI, do Manual de Referência da Resolução), superior em R\$ 32.295,09, o que não se coaduna com o disposto na Lei nº 4.320/64, art. 85 e 105 c/c Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T SP, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP);

3. Ressalta-se que, a defesa (fls. 92/243) não apresentou quaisquer justificativas para a situação encontrada, além disso, constata-se que, para a conta bens imóveis do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 30.000,00, não consta, nos autos ou no Sistema SIPAC, o inventário correspondente (Lei nº 4.320/64, art. 96 e Resolução TCE/AC nº 87/2013);

4. Quanto às contribuições previdenciárias (patronais), apesar das alegações da defesa (fls. 96/98) verifica-se que, no exercício analisado, o valor empenhado para essas despesas foi da ordem de **R\$ 133.675,50** (SIPAC, anexo 2, da Lei nº 4.320/64), evidenciando ausência de recolhimento no valor de **R\$ 20.614,96**, ou seja, não lançadas e, portanto, ainda ocasionando restos a pagar sem cobertura financeira, em contrariando o contido no inciso I, do art. 22, da Lei Federal nº 8.212/91 c/c artigo 359-B do Código Penal.

Ante o exposto, **VOTO**:

- 1) Pela Emissão de **Acórdão** julgando **IRREGULAR** a Prestação de contas da **Câmara Municipal de Mâncio Lima**, exercício de 2017, de responsabilidade de seu então Presidente, **Rogério Correa Moraes**, nos termos do artigo 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em virtude das inconsistências no Balanço Patrimonial, resultando uma diferença entre o inventário analítico dos bens móveis e respectivos registros contábeis, ausência de depreciação acumulada, dos bens registrados no ativo imobilizado, em descumprimento a Lei nº 4.320/64, art. 85 e 105 c/c Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T SP, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e não comprovação do recolhimento do valor integral das Obrigações Patronais (contribuições previdenciárias) devidas no exercício, infringindo o art. 22, inciso I, da Lei Federal nº 8.212/1991;
- 2) Pela Aplicação de **multa** ao Sr. **Rogério Correa Moraes**, Presidente da Câmara Municipal de Mâncio Lima, à época, no montante de **R\$ 14.280,00 (catorze mil duzentos e oitenta**

- reais**), de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face do não lançamento de forma integral do recolhimento das contribuições previdenciárias da Câmara Municipal de Mâncio Lima, no exercício de 2017;
- 3) Pela Aplicação de **multa** ao Sr. **Cláudio Roberto Pinheiro de Araújo**, Contador da Câmara Municipal de Mâncio Lima, à época, no montante de **R\$ 7.140,00** (sete mil cento e quarenta reais), de acordo com o art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº. 38/93, em face do não lançamento de forma integral do recolhimento das contribuições previdenciárias da Câmara Municipal de Mâncio Lima, no exercício de 2017;
- 4) Pelo **encaminhamento** de cópia da decisão ao Ministério Público, uma vez que a conduta indica a possível prática de fato típico previsto no artigo 359-B do Código Penal;
- 5) Pela **notificação** da parte interessada para conhecimento desta decisão;
- 6) Após as providências de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor